



Políticas Públicas no Brasil Exploração e Diagnóstico 4

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

**Políticas Públicas no Brasil Exploração e
Diagnóstico**
4

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 4 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-062-9

DOI 10.22533/at.ed.629192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS COM ALTOS IDEBS NO NORDESTE: AS CONCEPÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões</i> <i>Juceli Bengert Lima</i> <i>Manoel Zózimo Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922011	
CAPÍTULO 2	13
A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO MARANHÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL: ASPECTOS DA ORIGEM E A SUA IMPLEMENTAÇÃO	
<i>Marcia Cordeiro Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922012	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRECHES COMO POLÍTICA PÚBLICA A FIM DE REDUZIR A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DO TRABALHO	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922013	
CAPÍTULO 4	33
A IMPORTÂNCIA DO PIBID E SEUS IMPACTOS NA ESCOLA: DOIS ESTUDOS DE CASO EM MÚSICA	
<i>Cristina Rolim Wolffenbüttel</i> <i>Guilherme da Silva Ramos</i> <i>Romeu Riffatti</i> <i>Sita Mara Lopes Sant'Anna</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922014	
CAPÍTULO 5	46
A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Silvania dos Santos Rabêlo</i> <i>Thelma Helena Costa Chahini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922015	
CAPÍTULO 6	56
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR NA INTERFACE SAÚDE E AMBIENTE	
<i>Carla Rosane Paz Arruda Teo</i> <i>Maria Assunta Busato</i> <i>Vanessa da Silva Corralo</i> <i>Junir Antonio Lutinski</i> <i>Gisele Assumpção Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922016	

CAPÍTULO 7 68

ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS COM MELHORES E PIORES IDEBS DO NORDESTE: A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO COMO INDICADOR DE QUALIDADE

Patrícia Maria Uchôa Simões
Marcela Pires Barbosa
Priscila de Cássia da Silva Ramos

DOI 10.22533/at.ed.6291922017

CAPÍTULO 8 79

ANÁLISE DA FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA EM MOLDES DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL SOB A ÓTICA DE PRECEPTORES/TUTORES E RESIDENTES

Carla Mousinho Ferreira Lucena
Ana Paula Rocha de Sales Miranda
Pablo Leonid Carneiro Lucena
Francilene Jane Rodrigues
Patrícia Barreto Cavalcanti
Clébya Candeia de Oliveira Marques
Adelaide Aires Pontes Adolfo

DOI 10.22533/at.ed.6291922018

CAPÍTULO 9 89

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: O PROGRAMA BOLSA DE INICIAÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES

Márcia Regina Mariano de Sousa Arão
Gleiciane Viana Gomes
Aline Santos Martins
Maria José Martins Galvão
Fernanda Venâncio Farias

DOI 10.22533/at.ed.6291922019

CAPÍTULO 10 101

ATENDIMENTO EFICIENTE DA REDE EDUCACIONAL: A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO LOGÍSTICO DE PERNAMBUCO

Ednaldo Alves de Moura Júnior
Emílio Veludo Lopes
Murilo Wesley Soares Costa
Anselmo de Oliveira Carvalho Filho

DOI 10.22533/at.ed.62919220110

CAPÍTULO 11 118

DEFINIÇÕES E CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE MATERIALISTA-HISTÓRICA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Daphne Holzer Velihovetchi

DOI 10.22533/at.ed.62919220111

CAPÍTULO 12 136

ESTADO E AVALIAÇÃO ESTANDARDIZADA CRITERIAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE QUASE-MERCADO

Joina Bomfim

DOI 10.22533/at.ed.62919220112

CAPÍTULO 13..... 148

FAMÍLIA E REDE LOCAL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL EM UM PROJETO DE EDUCAÇÃO

Helena Piombini

Tainá Alvarenga

Rodrigo Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.62919220113

CAPÍTULO 14..... 161

FEDERALISMO, REGIME DE COLABORAÇÃO E A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NA BAHIA

Angelo Dantas de Oliveira

Célia Tanajura Machado

DOI 10.22533/at.ed.62919220114

CAPÍTULO 15..... 173

GÊNERO E INCLUSÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Leandro Fernandes Valente

Jhennifer de Souza Góis

Antônia Sheilane Carioca Silva

Heliandra Linhares Aragão

DOI 10.22533/at.ed.62919220115

CAPÍTULO 16..... 181

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIA PARA A LEGITIMAÇÃO DA DIVISÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO SABER?

Valdenice de Araujo Prazeres

DOI 10.22533/at.ed.62919220116

CAPÍTULO 17 197

MECANISMOS DE MOBILIZAÇÃO PARA O REGIME DE COLABORAÇÃO: CAMINHOS PARA A GESTÃO COLABORATIVA DA EDUCAÇÃO

Ana Paula Massonetto

Manoel dos Santos

André Cardone

DOI 10.22533/at.ed.62919220117

CAPÍTULO 18..... 214

MULHERES IDOSAS E SEU PROCESSO EDUCATIVO: A EXPERIÊNCIA DAS ALUNAS DA UNATI/UERJ

Alzira Tereza Garcia Lobato

Carla Virginia Urich Lobato

DOI 10.22533/at.ed.62919220118

CAPÍTULO 19 224

O PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Cristiane Queiroz Leite Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.62919220119

CAPÍTULO 20	236
O REGIME DE COLABORAÇÃO E O PNE: ENTRE O PROPOSTO E O POSSÍVEL	
<i>Laurimar de Matos Farias</i>	
<i>Leila Maria Costa Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220120	
CAPÍTULO 21	247
OS CONCEITOS DE DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Ângela Maria Dias Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220121	
CAPÍTULO 22	256
OS SENTIDOS DO ENSINO MÉDIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES NO ACESSO E NA QUALIDADE DO ENSINO	
<i>João Paulo da Conceição Alves</i>	
<i>Ronaldo Marcos de Lima Araujo</i>	
<i>Márcia Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220122	
CAPÍTULO 23	268
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Jorge Fernando Hermida</i>	
<i>Fernando Augusto Generino Soares</i>	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220123	
CAPÍTULO 24	281
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GESTÃO ESCOLAR ATRAVÉS DA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Ednaldo Alves de Moura Júnior</i>	
<i>Severino José de Andrade Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220124	
SOBRE A ORGANIZADORA	297

OS CONCEITOS DE DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL

Edivania de Castro Pires

Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, (PPGE/UFPB) João Pessoa - PB

Leidy Jane Claudino de Lima

Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), João Pessoa - PB

Angela Maria Dias Fernandes

Professora da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB),
João Pessoa - PB

RESUMO: Este artigo traz algumas considerações da investigação de mestrado em que se refletiu acerca das políticas de descentralização adotadas na educação a partir da década de 1990. A pesquisa bibliográfica, pautando-se em análises das literaturas que abrangem a temática discutida e visa compreender os conceitos de descentralização, autonomia e qualidade da educação, como mecanismos de responsabilização relevantes para a construção das políticas educacionais. O presente trabalho colabora para a reflexão sobre o tema da implementação do princípio da descentralização nas políticas educacionais, como ela é percebida, desenvolvida e quais as suas principais características, dentro do contexto neoliberal na construção das políticas para educação.

PALAVRAS-CHAVE: descentralização;

autonomia; qualidade da educação.

ABSTRACT: This article presents some considerations of the master's research that reflected on the policies of decentralization adopted in education from the 1990s. The bibliographical research, based on analyzes of the literatures that cover the subject discussed and aims to understand the concepts of decentralization, autonomy and quality of education, as mechanisms of accountability relevant to the construction of educational policies. The present work contributes to the reflection on the implementation of the principle of decentralization in educational policies, how it is perceived, developed and what its main characteristics, within the neoliberal context in the construction of policies for education.

KEYWORDS: decentralization; autonomy; quality of education.

1 | INTRODUÇÃO

A partir das décadas de 1980 e 1990, a temática da garantia da qualidade na educação para todos, ganhou grande relevância, frente a crise do sistema educacional. Visando tal objetivo, o método adotado pelos países da América Latina e entre eles o Brasil foi a efetivação das políticas descentralizadoras,

implementando a vivência do conceito da autonomia, como mecanismos fundamentais na superação do fracasso do Estado diante da promoção das políticas sociais.

Esse fracasso estatal, segundo Martins (2001), foi confirmado nas avaliações de larga escala realizadas em diferentes países, demonstrando a necessidade da reorganização da ação do Estado. Para tanto, para superar esse baixo desempenho educacional buscaram transformar o sistema de educação, fundamentando suas atuações nos critérios de eficácia, eficiência e competição.

Para os neoliberais, esse fracasso na educação será superado por meio da intensificação do mecanismo de descentralização administrativo e financeiro, controlados por um processo de avaliação externo das redes educacionais (MARTINS, 2001).

Nesse contexto, surgiram as propostas das políticas descentralizadoras, focadas na vivência do princípio da autonomia, visando a garantia da qualidade educacional.

MARCO TEORICO

O procedimento de descentralização das políticas públicas sociais tornou-se uma das principais ações de reformas de Estado, orientados pelos organismos internacionais, dentre esses destaca-se a atuação do Banco Mundial.

A descentralização tornou-se um consenso nas diversas vertentes políticas, visto que, seria um mecanismo para enfrentar os problemas do Estado. Arretche (1996) destaca que as reformas descentralizadoras ocorridas a partir da década de 1980 e aprofundadas na década de 1990, em diferentes países, incidiram através de diversas formas e assumindo diversos conceitos, enfatizando-se: a desconcentração, a delegação, a transferência de atribuições e a privatização.

DESCENTRALIZAÇÃO: A POLISSEMIA DE UM CONCEITO

A demanda pela descentralização era histórica, os movimentos sociais a buscavam como um processo contrário ao modelo centralizador adotado por meio das ditaduras vigentes, principalmente nos países latinos. Sendo assim, segundo Arretche (1996), tanto as vertentes políticas de direita ou da esquerda concebiam a ideia de que o processo de descentralização na reforma estatal poderia fomentar a democratização das ações políticas, bem como a eficiência e eficácia da administração pública.

[...] a partir de perspectivas políticas distintas se produziu um grande consenso em torno da descentralização. Passou-se a supor que, por definição, formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais democráticas e que, além disso, fortaleceriam e consolidariam a democracia. Igualmente, tal consenso supunha que formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais eficientes e que, portanto, elevariam os níveis reais de bem-estar da população. Portanto, reformas do Estado nessa direção seriam desejáveis, dado

que viabilizariam a concretização de ideais progressistas, tais como equidade, justiça social, redução do clientelismo e aumento do controle social sobre o Estado. Simetricamente, passou-se a associar centralização a práticas não democráticas de decisão, à ausência de transparência das decisões, à impossibilidade de controle sobre as ações de governo e à ineficácia das políticas públicas. As expectativas postas sobre a descentralização e a visão negativa das formas centralizadas de gestão implicariam, como consequência, a necessária redução do escopo de atuação das instâncias centrais de governo (ARRETCHE, 1996, p.1).

Buscando compreender a associação entre descentralização e democracia, Martins (2001) destaca que é necessário entender como ocorreu a construção das políticas descentralizadoras nos países da América Latina, devido as especificidades locais.

A América Latina viveu um contexto de dependência com os países desenvolvidos até a década de 1950, cuja função era abastecer esses países de matérias primas e consumir produtos industrializados. Em seguida, com o processo de industrialização e com o surgimento da burguesia industrial e dos trabalhadores essa conjuntura se alterou (MARTINS, 2001).

Posteriormente, ocorreu uma mudança, iniciando um ciclo militar que se instaurou, entre as décadas de 1960 e 1980, que se caracterizou pelo autoritarismo político e pelo modelo centralizador de gestão estatal.

Contrário a esse modelo autoritário e centralizador, a descentralização e a desconcentração foram utilizadas como sinônimos, principalmente, após a década de 1990 e tornaram-se um elemento de concessão de autonomia para as instâncias locais, por meio da reorganização administrativa do Estado (CASASSUS, 1995).

Dessa forma, a América Latina assumiu a tendência à descentralização, quando na década de 1980 os Ministros da Educação dos diversos países se comprometeram em modificar seus sistemas educacionais, transformando-os em modelos regionais e municipais, justificando para tanto, que o baixo nível de qualidade da educação estava condicionado a ineficiência e ineficácia dos seus sistemas (MARTINS, 2001).

Casassus (1999) ressalta que esse processo de descentralização das políticas para educação precisa ser discutido de forma contextualizada, pois foi compreendida como a “resposta à incapacidade que os Estados centralizados desta região têm demonstrado, em diferentes graus, quando se trata de resolver os vários problemas educacionais” (p.160).

Para uma compreensão contextualizada do processo de descentralização das políticas educacionais, é preciso considerar que seu conceito é polissêmico, podendo assim ser interpretado de diferentes formas.

No campo da gestão educacional [...] os termos descentralização e democratização são utilizados, algumas vezes, de forma tão imbricada que não parece haver qualquer singularidade conceitual entre ambos. Situação semelhante ocorre também quando se estabelecem relações de causa e efeito entre descentralização e autonomia da gestão educacional, como se o segundo fosse consequência indispensável do primeiro. O fato é que a descentralização assimila vários sentidos,

Casassus (1990, p.16) ainda ressalta que a descentralização e a desconcentração se mostram por meio de uma “tendência unidirecional e sequencial”, através da transferência do poder central para o nível local, ocorrendo em dois momentos, o primeiro de desconcentração e o segundo de descentralização.

Segundo Casassus (1995, p.39), a descentralização é uma política instrumental e não pode ser vista como “um fim em si mesma”, mas como “uma política para alcançar certos fins” Assim, o processo de descentralização pode ser considerado bom ou ruim, de cunho conservador ou progressista, para isto irá depender do ator que a use e se contribui para resolução do problema.

Existem diferentes concepções acerca da descentralização, a mais geral é a que considera como um “ato de confiar poder de decisão a órgãos diferentes dos do poder central, que não estejam submetidos ao dever de obediência hierárquica e que contem com autoridades eleitas democraticamente” (CASASSUS, 1995, p.39).

Nos estudos das políticas educacionais ressalta-se diversas visões sobre o processo de descentralizador nos países latino-americanos. Pérez (1994), segundo Novaes e Fialho (2010), assinala a descentralização a partir de quatro conceitos: a desconcentração, a delegação, a devolução e a privatização. Destacando que a desconcentração foi a meio de descentralização mais expandido na América Latina, sendo concebida como a pela transferência de competências dos poderes centrais para os poderes locais. Esse modelo adotado não fomenta a cessão de poder, pois ocorre um controle efetivado de forma centralizada pelo governo central (NOVAES; FIALHO, 2010).

Na vivência das políticas educacionais, a descentralização é concebida como um meio que transfere poder para os atores no cotidiano escolar, contudo na sua efetivação prática desconcentra as ações atribuindo a escola a execução das normas e programas. Assim sendo, a existência das políticas de descentralização sugere “que os recursos financeiros disponíveis para a educação não foram aumentados, mas que a situação foi agravada pela retirada da responsabilidade do organismo central” (CASASSUS, 1990, p. 18).

No modelo das reformas educacionais promovidas na América Latina a descentralização assume a característica da desconcentração, confiando para a escola as atribuições de organização e gestão, inclusive financeira. Esse método está ajustado no que os idealizadores dessas reformas fomentam, que é a eficiência, a eficácia na busca pela qualidade da educação, adotando como uma das estratégias para obter essa finalidade a vivencia da autonomia.

A AUTONOMIA COMO MECANISMO DE VIVÊNCIA DA DESCENTRALIZAÇÃO

Na implementação das políticas educacionais, a concepção de autonomia foi associada à de descentralização. Segundo Martins (2002), esse tema foi se relacionando as discussões teóricas ligadas a participação da sociedade e ao aumento da participação política no que tange a descentralização e a desconcentração de poder.

A busca pela autonomia da escola veio como um modelo contrário a concepção autoritária e centralizadora adotada pela educação nos últimos séculos e o mecanismo da descentralização foi usado como um instrumento fortalecedor desse princípio. Sobre essa questão Souza (2003) ressalta que:

Além das questões financeiras e administrativas, talvez o argumento mais enfático em favor da descentralização esteja relacionado à suposta ampliação da autonomia da escola, uma vez que, com a transferência das responsabilidades e com a conseqüente constituição de novas competências na escola, supõe-se que o seu poder de decisão, ou ainda, a sua liberdade de gestão, seja amplificada. Mas, na verdade, a autonomia pode estar sendo artificializada (p. 41).

Contrário ao processo centralizador na gestão da educação, Barroso (2006) afirma que, só a partir da década de 1980, percebeu-se uma mudança no Brasil na relação participativa das escolas e no processo de gestão da educação. Assim, a instituição escolar passou a ter poderes e funções que eram, até então, pertencentes as esferas nacionais e foram reconhecidas como espaços de decisões.

Barroso (1996) ressalta que, mesmo a visão de fortalecimento da autonomia da escola tenha muita aceitação, esse processo acontece de maneira diferente em cada país e depende do método político e administrativo assumido por eles.

Dentre esses diferentes modelos, o estudo crítico da autonomia, segundo Barroso (1996) deve ser analisado a partir de duas categorias: a autonomia decretada e a autonomia construída. Essa diferenciação se faz necessária, visto que o modelo de autonomia adotado por algumas políticas estão voltados a uma visão que “decreta” autonomia a escola.

[...] não basta “regulamentar” a autonomia. É preciso criar condições para que ela seja “construída”, em cada escola, de acordo com as suas especificidades locais e no respeito pelos princípios e objectivos que enformam o sistema público nacional de ensino. Na verdade, a autonomia, enquanto expressão da unidade social que é a escola, não pré-existe à acção dos indivíduos. Isto significa que a “autonomia da escola” é um conceito construído social e politicamente, pela interacção dos diferentes actores organizacionais, numa determinada escola. Não existe uma “autonomia decretada”. O que se pode decretar são as normas e regras formais que regulam a partilha de poderes e a distribuição de competências entre os diferentes níveis de administração, incluindo o estabelecimento de ensino. Essas normas podem favorecer ou comprometer a “autonomia da escola”, mas são, só por si (como a experiência nos demonstra todos os dias) incapazes de criar ou destruir a “autonomia” (BARROSO, 2004, p.71).

A autonomia vem sendo vista como um dos principais mecanismos para superar

os desafios educacionais desde a década de 1990, pois permite a construção da identidade escolar, facilitando a adesão dos diferentes agentes e a construção de um projeto que responda a sua realidade (NÓVOA, 1998). Contudo, essa visão diverge do que afirma Sacristán (1997), que as reformas propulsoras da autonomia, mesmo atendendo a uma demanda de correntes divergentes, poderá conduzir-se por meio de diferentes sentidos. Assim, alguns deles poderão não atender aos princípios democratizantes, bem como não ser capaz de fomentar o protagonismo dos atores que são beneficiados pela educação.

Diante dessas reflexões, se compreende que para o exercício da autonomia na escola, é necessário superar os limites impostos pelo modelo padronizador e gerencial das políticas neoliberais.

METODOLOGIA

A metodologia seguiu uma abordagem de cunho bibliográfico, a partir de estudos e reflexões de autores que trabalham a temática da descentralização, autonomia e qualidade na educação, com o objetivo de coletar informações fundamentais para a construção desse trabalho. Por meio desse estudo, foi possível compreender como a visão neoliberal influencia a construção desses conceitos no processo de implementação das políticas educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As políticas fomentadoras da descentralização e da autonomia possuem como eixo central a busca pela qualidade do sistema educacional. Dessa forma, a qualidade tornou-se um tema relevante no processo de construção das políticas para educação.

A BUSCA PELA QUALIDADE EDUCACIONAL

Dourado e Oliveira (2009) destacam que essa ênfase na qualidade proporcionou alguns avanços nas questões que se referem ao acesso e a permanência dos alunos nas unidades escolares, mas esse processo não foi acompanhado por avanços no que refere a uma aprendizagem mais significativa.

Para compreender melhor essa temática, é necessário compreendê-la como um conjunto de diversos fatores que vão desde os temas macroestruturais, no qual merecem destaque as questões referentes a desigualdade social, a concentração de renda e a concepção de educação como direito, bem como as questões que estão relacionadas ao processo de organização interna da escola, tais como: condições de trabalho, modelo de gestão, currículo e o processo de formação e profissionalização docente. Além desses pontos, o termo qualidade deve ser analisado a partir de um

viés que o concebe como um conceito que possui vários significados (DOURADO; OLIVEIRA, 2009).

Dentro dessa perspectiva polissêmica, a construção da qualidade educacional após o processo de reforma estatal, que ocorreu, principalmente, a partir da década de 1990, se apresentou por meio de duas vertentes conceituais e estruturais: uma voltada as concepções neoliberais, configurando-se como gestão da Qualidade Total e outra visão que se fundamenta na esfera do direito social, denominada de Qualidade Social.

A concepção da qualidade Total surgiu no setor privado e teve por finalidade transformar o modelo produtivo. Na esfera pública essa forma de gestão foi sendo incorporada após a década de 1980 e buscou a implementação de um conceito de qualidade baseada no gerencialismo. Esse modelo, buscou introduzir os critérios pertencentes ao mercado, como a eficiência e a eficácia na gestão pública.

Na educação, a Qualidade Total, segundo Gentili (1999), busca um modelo de organização que introduz na escola a lógica do mercado, tendo como finalidade a adaptação dos alunos ao padrão neoliberal. E para alcançar tal objetivo, Veiga e Silva (2017) destacam que essa estrutura de gestão utiliza a descentralização e a responsabilização, através dos mecanismos da padronização e do controle, dentre eles destacam-se as avaliações em larga escala.

Contrária a essa concepção, está a que enfatiza a qualidade educacional na perspectiva do direito social, denominada qualidade social da educação, que conforme Silva (2007), vai além dos limites propostos pelas instrumentos de controle impostos pelos modelo neoliberal:

A qualidade social da educação escolar não se ajusta, portanto, aos limites, tabelas, estatísticas e fórmulas numéricas que possam medir um resultado de processos tão complexos e subjetivos, como advogam alguns setores empresariais, que esperam da escola a mera formação de trabalhadores e de consumidores para os seus produtos. A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas (p.225).

Para alcançar essa qualidade social, Dourado, Oliveira e Santos (2007), destacam que é necessário refletir, por um lado, sobre os aspectos intraescolares tais como: organização e condições de trabalho, e, por outro lado, sobre as influências extraescolares: “fome, drogas, violência, sexualidade, família, raça e etnia, acesso à cultura, saúde, que muitos consideram impeditivas para uma educação de qualidade” (p.5).

Percebe-se assim que a busca pela qualidade da educação, deve considerar todos esses aspectos e suas análises são fundamentais no processo de construção

e implementação das políticas educacionais que tenham como objetivo a construção de uma qualidade para todos que promova a equidade e supere as desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela vivência da descentralização, da autonomia e da qualidade dos sistemas educacionais, atendem a uma demanda histórica contrária ao processo centralizador e autoritário imposto pelas políticas educacionais dos últimos séculos. Contudo, esses conceitos foram assumidos pelas políticas de caráter neoliberal de forma divergente de uma visão mais progressista, visto que foram incorporadas a uma visão mercadológica, pautada na eficiência e eficácia.

Portanto, percebe-se a partir dos estudos realizados, que as políticas para educação fomentadoras dos princípios da descentralização e promotoras da autonomia, estão mais voltadas para a desconcentração de tarefas, pois ao delegar ações para as escolas, não permitem que as mesmas participem das decisões, controlado-as por meio dos processos normativos e gerencialista.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: maior democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 44-66, 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BARROSO, João. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In: _____ (Org.). **O estudo da escola**. Porto: Porto, 1996.

BARROSO, João. A autonomia das escolas: uma ficção necessária. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 17, n. 2, 2004, p. 49-83, Universidade do Minho Braga, Portugal. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37417203>. Acesso em 27/09/2017.

CASASSUS, Juan. A centralização e a descentralização da educação. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 95, p. 37-42, nov. 1995.

_____. A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 7-28, nov. 2001.

_____. Descentralização e desconcentração dos sistemas educacionais na América Latina: Fundamentos e crítica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 74, p. 11-9, ago. 1990.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série Documental: Textos para Discussão**, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

GENTILI, Pablo. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, Ângela Maria. A descentralização como eixo das reformas do ensino: uma discussão da literatura. **Educação & Sociedade**, n. 77, p. 28-48, dez. 2001.

_____. Autonomia e Educação: a trajetória de um conceito. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 207-232, mar. 2002.

NOVAES, Ivan Luiz; FIALHO, Nadia Hage. Descentralização Educacional: características e perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 26, p. 585-602, 2010.

NÓVOA, Antonio (Org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1998.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angêla da Silva (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 91-112.

PÉREZ, Jesús Ignacio del. La crisis política estado com quiebra de la legitimidad democrática en América Latina: la descentralización educativa entre la eficacia democratica, la retórica, la imitación y la legitimación. Algunas categorías y tipologías para la comparación y la discusión. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 4, enero/abr. 1994.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Docencia y cultura escolar: reformas y modelo educativo**. Buenos Aires: Lugar, 1997.

SILVA, Maria Abadia da. Qualidade Social da Educação Pública: algumas aproximações. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

SOUZA, Ângelo Ricardo. Reformas educacionais: descentralização, gestão e autonomia escolar. **Educar**, Curitiba, n. 22, p. 17-49, 2003.

VEIGA, Robson Antônio dos Reis, SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Qualidade e políticas educacionais: sobre a perspectiva gerencial e qualidade social da educação. In: GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; BARBALHO, Maria Goretti Cabral; COSTA, Maria Simone F. Pereira (Org.). **Dimensões do Plano de Ações Articuladas: contextos e estratégias de implementação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-062-9

